

Agroecologia e a superação da pobreza

Francisco Menezes



Brasil ganhou notoriedade mundial pelos resultados que obteve na redução da pobreza na última década. Apenas nos últimos três anos, a estimativa do governo federal é que 22 milhões de pessoas tenham deixado de ser extremamente pobres. Já no período entre 2003 e 2010, um total de 28 milhões de pessoas superou a linha da pobreza, segundo o critério de renda. Para conseguir esse resultado histórico, foi implementado um conjunto de políticas públicas que buscou combinar o crescimento econômico com a inclusão social por meio de estratégias distributivas, como a recuperação do valor do salário mínimo, a criação de empregos formais e a transferência de renda, sendo o Programa Bolsa Família o carro chefe dos programas e ações específicos voltados para o enfrentamento da pobreza.

Até 2010, as políticas sociais não faziam distinção entre os considerados pobres e os mais pobres. Mas ao observar que a falta dessa diferenciação acaba deixando de fora os mais vulneráveis, a partir de 2011, decidiu-se que essas pessoas passariam a merecer maior atenção e prioridade, por intermédio do Plano Brasil sem Miséria (PBSM). Uma primeira medida nesse sentido foi identificar quem eram, quantas eram e onde estavam localizadas essas pessoas. Para tanto, utilizou-se o Censo Demográfico de 2010, adotando-se o critério de renda, por meio do qual foram considerados extremamente pobres os indivíduos que vivem com uma renda per capita de até R\$ 70 por mês, ou o equivalente na época a 1,5 dólar por dia. Já na pesquisa por domicílio, consideraram-se outros fatores para a determinação da extrema pobreza: aqueles sem banheiro exclusivo; sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e que não tivessem fossa séptica; ou, em área urbana, aqueles sem ligação com a rede geral de distribuição de água; ou, em área rural, sem ligação com a rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; ou sem energia elétrica; ou com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; ou com pelo menos três moradores analfabetos de até 14 anos de idade; ou pelo menos um morador analfabeto de 65 anos ou mais de idade. Resultou daí uma estimativa de 16,2 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, sendo que, desse universo, 46,7% viviam em área rural, tomando como referência a conceituação de rural e urbano adotada pelo IBGE, segundo a qual a população rural corresponde hoje a 16,2% da população brasileira.

Este número da *Revista Agriculturas*, muito oportunamente, retoma o tema da pobreza rural, que já fora abordado em dezembro de 2008 (V.5, N.4). Afinal, estamos no momento de avaliar o que se alcançou e os novos desafios encontrados a partir da instituição do PBSM.

Algumas definições sobre a pobreza são apresentadas no editorial da edição de 2008. Segundo as mesmas, se as estimativas da pobreza tomam como critério primeiramente a renda, acrescentando alguns aspectos referenciados às condições do

domicílio, podemos obter bons indicativos a respeito da dimensão do problema. Mas sabemos que a pobreza é um fenômeno social mais complexo em suas características e determinações, não podendo se restringir à dimensão econômica e ao acesso a bens materiais, embora os dois sejam importantes elementos definidores dessa condição. A pobreza envolve outras dimensões de natureza política e cultural. Segundo Jorge Romano, autor daquele editorial, ela se manifesta como *um estado de negação de direitos humanos, de desempoderamento e de restrição das capacidades e das oportunidades reais de pessoas e grupos* (ROMANO, 2008, p. 4). É importante, assim, também ter em conta seu caráter relativo diante da realidade da sociedade em que o indivíduo vive, e não apenas a incapacidade de acesso a bens e serviços necessários para a sobrevivência material no dia a dia.

A pobreza rural possui algumas especificidades, uma vez que seu condicionamento ao acesso a bens de consumo, em especial os alimentos, é distinto do de realidades urbanas. Nesse sentido, aspectos como a posse da terra e o acesso a outros recursos produtivos são essenciais para a determinação da condição de pobreza.

Em seu livro recém-publicado, Márcio Pochmann denomina como *intocáveis* os brasileiros que agora, pela primeira vez, foram tratados com prioridade por políticas públicas que lhes abriram as portas da cidadania, em que pesem os percalços, limites e contradições registradas em meio a um modelo de desenvolvimento que permanece socialmente excludente. *Por intocável entende-se uma massa de pessoas desconectadas, parcial ou plenamente, das políticas públicas que seriam capazes de incluí-la no padrão da cidadania existente no país, em geral circunscrito à elite* (POCHMANN, 2014, p. 8). Mais adiante, o mesmo autor expressa com muita precisão que, *nos seus mais de cinco séculos de existência, o Brasil explicitou como poucos a sua inegável capacidade de produzir e reproduzir uma sociedade profundamente iníqua* (POCHMANN, 2014, p. 11).

Pobreza e desigualdade, com a segunda alimentando e reproduzindo a primeira. Não cabe aqui discorrermos sobre esse quadro secular, já exaustivamente analisado por muitos autores. Melhor proveito é nos determos sobre as políticas públicas recentes aplicadas ao enfrentamento desse círculo vicioso e, em particular, aquelas voltadas para a agricultura familiar, assentados de reforma agrária e populações tradicionais. Se tomarmos como referência o período do ainda inconcluso governo Dilma, que assumiu como prioridade principal o enfrentamento da extrema pobreza, podemos conferir o que avançou nesse campo, que estratégias deveriam ter sido incorporadas ou que foram adotadas de forma inconsistente, o que se apresentou como entrave e que aprendizados já podem ser sistematizados.

Os artigos que compõem esta edição trazem exemplos vivos da realidade rural brasileira recente, atentando para o efeito de um conjunto de programas e ações do governo federal nos planos local e territorial, e em especial o papel do Programa

Bolsa Família. Eles ajudam a visualizar suas repercussões em regiões e sub-regiões com contextos bastante diferenciados. As aquisições institucionais de alimentos, propiciadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atestam as potencialidades dessa via e, ao mesmo tempo, os desafios e indefinições que perduram. Os programas oriundos da formulação e aplicação de práticas de convivência com o semiárido, com destaque para aqueles orientados para a garantia de água para consumo doméstico e para a produção, representam uma das mais felizes construções de política pública, a partir da concepção e participação protagonista da sociedade civil, via Articulação do Semiárido (ASA). Mostram ainda as iniciativas de fomento, que associam a assistência técnica e a transferência de recursos não reembolsáveis, voltadas para a inclusão produtiva, entre outros componentes do Plano Brasil sem Miséria. Mas os textos revelam também grandes ausências, como a falta de disposição para lidar com o tema do acesso à terra, que afeta tantos domiciliados no meio rural, cujas condições muitas vezes degradantes têm sido surpreendentemente ignoradas em um plano que visa justamente acabar com a pobreza.

O artigo de Ribeiro, Galizoni, Moreira e Ayres retrata o papel que essas políticas públicas vêm exercendo no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, no enfrentamento de condições adversas. Vale observar a descrição sobre a utilização dos recursos vindos de programas de transferência de renda e o emprego de estratégias camponesas, inclusive com positivas repercussões sobre a segurança alimentar e sobre a preservação do patrimônio das famílias agricultoras. Da mesma forma, ressalta o papel desempenhado pelos programas de convivência com o semiárido e, não de menor importância, os efeitos sobre a organização política das famílias mais empobrecidas, por meio do fortalecimento de suas associações, sindicatos e grupos de trabalho de comercialização.

O artigo de Martins discorre sobre as iniciativas de inclusão produtiva no Sertão do Araripe, em Pernambuco, e reafirma algumas das percepções apontadas pelos autores do texto sobre o Vale do Jequitinhonha. Ao descrever as condições de vida local, em particular as dificuldades enfrentadas pelos mais pobres no acesso aos serviços públicos, identifica resultados positivos das ações de diferentes programas que compõem o PBSM, mas também problemas devidos a imperfeições nos mecanismos de execução. Ressalta a importância que o Bolsa Família exerceu no contexto da seca que atinge a região já por três anos consecutivos e chama a atenção para o fato de que essas políticas públicas são mais efetivas quando implantadas em situações com níveis razoáveis de organização da sociedade local.

A síntese do estudo realizado por Oliveira e Asevedo, acerca da trajetória do assentamento Roseli Nunes, no Mato Grosso, discute os mecanismos de exclusão de trabalhadores do campo e sua luta para resistir e conquistar condições dignas de vida. Demonstra como o enfoque agroecológico associado a políticas de apoio à comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), abre perspectivas para a criação de respostas concretas para a inserção produtiva de famílias mais pobres sem que elas sejam submetidas a novas relações de dependência política e econômica. Por outro lado, traz à tona a ameaça hoje frequente no mundo rural relacionada à presença de empresas mineradoras, obrigando as famílias a criarem novas iniciativas de resistência e luta.

O estudo sobre as redes de cooperação e Agroecologia no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, trazido por Marques, Mendonça, Medeiros e Pettenon, demonstra bem o quanto a agricultura ecológica pode ser potencializada quando obtém a renda egressa dos programas de aquisição institucional de alimentos. Ressalta também que a perspectiva agroecológica para o desenvolvimento rural é capaz de equacionar as dimensões social, ambiental e econômica, a partir da mobilização de atores coletivos articulados em redes territoriais.

A experiência do Fundo Dema, descrita por Carvalho e Galvão, indica uma concepção inovadora para o financiamento de projetos comunitários conduzidos por organizações da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais. Instituído por organizações da Amazônia, o Fundo demonstra o potencial emancipador de iniciativas de financiamento não condicionadas pela lógica do sistema financeiro e que não impõem caminhos únicos para a inclusão social para as mais variadas formas de expressão e existência dos povos do campo.

Um caso significativo de fora do Brasil é também publicado nesta edição. Trata-se do texto de Dregger, que aborda as enormes dificuldades atualmente enfrentadas pelos agricultores tradicionais da região do Alentejo, em Portugal. Em destaque, as consequências que as novas e descabidas exigências normativas produziram sobre os pequenos produtores, colocando em risco valores culturais, conhecimentos e práticas tradicionais. Mas lá como cá, as comunidades resistem.

Por fim, para fechar a edição, apresentamos entrevista recentemente concedida à *Rede AgriCulturas* por Olivier De Schutter, ex-Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação. Com grande lucidez, ele aponta aspectos centrais relacionados à tendência de crescente mercantilização dos alimentos e que configuram reais ameaças à agricultura familiar e à soberania alimentar. De Schutter afirma sua convicção nos sistemas alimentares locais e na Agroecologia como estratégias para o futuro da alimentação e da agricultura e exorta a necessidade de uma maior integração entre as políticas agrícolas e alimentares.

Muitos aprendizados podem ser extraídos desta edição de *Agriculturas*, mas me permito destacar dois deles. O primeiro refere-se à importância da organização social perante a aplicação de políticas públicas. Não basta que essas políticas tenham uma boa concepção se não existe a participação social. O segundo é buscar naquilo que já foi experimentado a inspiração para novas proposições de políticas. Fica então bem demonstrado que devemos escutar os anseios das populações locais, que retratam as necessidades que são efetivamente sentidas.

Francisco Menezes

Pesquisador do Ibase e da ActionAid Brasil
<chico@ibase.br>

Referências bibliográficas:

- POCHMANN, 2014. *A vez dos Intocáveis no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- ROMANO, J. Ver em <<http://aspta.org.br/revista/v5-n4-superando-a-pobreza-rural/>>